

CARGO 08**ANALISTA****ÁREA: DIREITO****NÍVEL SUPERIOR****TIPO A****CETAP**

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- 01** Você está recebendo o seu Caderno de Questões, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha, numeradas de 01 a 50, em ordem sequencial e 02 questões da Prova Discursiva. Confira a sequência numérica de seu Caderno de Questões antes de iniciar a resolução, assim como o número de páginas, comunicando, imediatamente, ao Fiscal de Sala, em caso de repetição ou ausência de questão ou página.
- 02** Você deve conferir, na capa do Caderno de Questões e no rodapé das páginas internas, o cargo e tipo a que o Caderno de Questões se refere. Caso você tenha recebido um Caderno de Questões que não corresponda ao mesmo cargo e tipo descrito no seu Cartão Resposta, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala e exija o Caderno de Questões correto.
- 03** As respostas das questões objetivas de múltipla escolha do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. As respostas das questões da Prova Discursiva deverão ser transcritas para a Folha de Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- 04** Para cada questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha existirão 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D e E), das quais apenas uma será correta, de acordo com o comando da questão. A marcação de mais de uma no Cartão Resposta anula, automaticamente, a resposta da questão.
- 05** O tempo máximo disponível para realização da prova é de 5h (cinco horas), já incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão Resposta e da Folha de Resposta.
- 06** Somente depois de decorridos 60 minutos do início da prova, o candidato poderá entregar o seu Caderno de Questões, seu Cartão Resposta e sua Folha de Resposta, e retirar-se da sala de prova.
- 07** Os 3 (três) últimos candidatos só poderão sair da sala de prova juntos.
- 08** Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões e o Gabarito desde que nos últimos 30 (trinta) minutos antes do término da prova.

ATENÇÃO

Escreva no espaço apropriado do **Cartão Resposta**, com a sua caligrafia usual, a seguinte “frase mestra” de Fernando Pessoa:

“Tenho em mim todos os sonhos do mundo”

A transcrição da “frase mestra” é obrigatória e servirá para identificar o Cartão Resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ - MPCM
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015



Leia o texto e responda as questões obedecendo aos comandos.

Envelhecer é uma arte?

Nas palavras de Cicero, envelhecer é coisa boa. Dois mil anos depois, com fartura de números, o tema reaparece nas pesquisas iniciadas por R. Easterlin. Detecta-se uma "curva da fossa": entre 40 e 50 anos, bate um pessimismo, uma insegurança difusa. Mas daí para a frente voltamos a ficar de bem com a vida, cada vez mais felizes – óbvio, só até o corpo fracassar. Será?

Esse lado emocional-filosófico é nebuloso. Amadurecemos com a idade, como sugerem as pesquisas? Ou acumulamos azedumes e rabugices? Ficamos cada vez mais impacientes com a burrice humana? Ou mais bem blindados contra ela? Cada um é cada um.

Exploremos alguns temas em que o terreno parece menos pantanoso.

O psicólogo A. Maslow documentou o que significava para ele ir ficando velho. Percebia uma perda progressiva da motivação para fazer as coisas e lidar com desafios. Mais e mais empreitadas deixavam de valer a pena. É o meu caso: já trabalhei no governo, mas hoje nenhum cargo me tentaria. Sinto engulho só de vislumbrar o pesadelo da burocracia pública.

Em sua última entrevista, Paulo Freire segue caminho paralelo a Maslow, afirmando que envelhecer é perder a curiosidade. Se ele tem razão, no meu caso, permaneço jovem, pois minha curiosidade sobrevive, onívora.

O ocaso das faculdades mentais é bem documentado pela pesquisa. Degrada-se a memória, sobretudo a de curto prazo e a dos nomes e datas. O raciocínio matemático começa a derrapar já a partir dos 30. De fato, todos os avanços na área foram feitos por jovens.

A boa notícia é que a capacidade de julgamento, a sabedoria, o esprit de finesse, mencionado por Pascal, não apenas sobrevivem, mas progridem. Comprovou-se que os velhos precisam ler menos para decidir sobre algum assunto, com igual competência. E, nas humanidades, amadurecemos com os anos, e muito. Romancistas e historiadores? Preferam os velhos. Aleluia! Com o passar dos anos, políticos entendem melhor a natureza humana, por isso sobrevivem na carreira.

Sabemos também que a inteligência reage como um músculo. A qualquer idade, é fortalecida com exercícios e evapora com a inação. Daí a importância de exercitar a ambos. Se encolhem os desafios mentais na aposentadoria, risco à vida! Não é o contracheque que salva vidas; mas a letargia intelectual mata. Se ficarmos esperando pela morte, ela virá mais célere. Com medo de morrer, continuo trabalhando, freneticamente.

Na minha incauta opinião, conversa de doença não faz bem à saúde. Tampouco é uma boa receita para a longevidade voltar aos lugares em que se viveu ou trabalhou, não encontrar mais conhecidos e ser tratado como um estranho.

Caminhando pelas ruas, vemos logo quem tem jeito de aposentado. Falta chispa nos olhos e o andar sugere que não quer chegar a parte alguma. Quem lê obituário, para ficar sabendo dos amigos que morreram, mostra na cara sua vocação para a morte. Cruz-credo! Aliás, a solidão é fatal! Por isso, vale o conselho de Samuel Johnson: enquanto jovem, é preciso cultivar os amigos, pois com a idade vai ficando difícil renovar o plantel.

A decadência do corpo é inexorável. **Mais dias de indisposição, dói aqui, dói acolá, mais enguiços e reparos, mais remédinhos para isso ou para aquilo.** Contudo, avanços na medicina e melhores estilos de vida freiam espetacularmente a degradação do corpo. Mantêm serelepes muitos velhos que, faz poucas décadas estariam derrubados. Vejam nas ilustrações

antigas a imagem dos avós, circunspectos e encarquilhados. Gente nas mesmas idades está hoje malhando nas academias, subindo montanhas e gabando-se de suas proezas, em todos os azimutes. Obviamente isso dá trabalho: há que buscar remédios miraculosos, próteses, mandar recauchutar o coração, fazer dietas e exercícios árduos para manter a massa muscular. No meu modesto julgamento, compensa.

Isso são teorias.

O único ganho indisputável é não ter de entrar em filas. Outro dia, estava no banco e, como a fila dos velhos não andava, um jovem me ofereceu seu lugar na outra. Relutei, mas acabei aceitando. Feita a transação, sai correndo, para que ele não me visse partir na minha moto BMW 650 GS.

(Fonte: CASTRO, Claudio de Moura. Revista Veja. 2408 ed. São Paulo: Abril. 14/01/2015.)

Questão 01

A decrepitude proveniente do avanço do relógio biológico é registrada, através de gíria, no fragmento:

- A) "Ou acumulamos azedumes e rabugices?"
- B) "(...) bate um pessimismo, uma insegurança difusa."
- C) "Degrada-se a memória, sobretudo a de curto prazo (...)"
- D) "Detecta-se uma 'curva da fossa' (...)"
- E) "Sinto engulho só de vislumbrar o pesadelo da burocracia pública."

Questão 02

Não ratifica a visão que os jovens têm das pessoas idosas, segundo o texto:

- A) a perda progressiva da motivação para o novo.
- B) o refinamento espiritual.
- C) degradação da memória e das faculdades neurológicas.
- D) competência como leitores.
- E) o uso da moto como meio de transporte.

Questão 03

"Amadurecemos com a idade, como sugerem as pesquisas?". As orações presentes no período são, respectivamente:

- A) principal e subordinada adverbial conformativa.
- B) subordinada adverbial causal e subordinada adverbial condicional.
- C) coordenada assindética e subordinada adverbial comparativa.
- D) subordinada adverbial condicional e subordinada adverbial concessiva.
- E) subordinada adverbial temporal e subordinada adverbial causal.

Questão 04

Assinale a alternativa em que o anafórico não identifica com adequação o referente:

- A) "Obviamente isso dá trabalho (...)" (isso - malhando).
- B) "Daí a importância de exercitar a ambos." (ambos - inteligência e músculo).
- C) "(...) um jovem me ofereceu seu lugar na outra." (outra - fila).
- D) "(...) sai correndo, para que ele não me visse (...)" (ele - jovem).
- E) "(...) mostra na cara sua vocação para a morte." (sua - leitor de obituário).

Questão 05

A anáfora do vocábulo "mais", no segundo período, do décimo primeiro parágrafo, tem a intenção de:

- A) mostrar a alternância dos fatores patológicos.
- B) intensificar o lado positivo de se viver mais tempo.
- C) ressaltar as mazelas provocadas pela longevidade.
- D) destacar que mais pessoas sofrem por não fazer exercícios.
- E) incentivar a prática de hábitos saudáveis na terceira idade.

Questão 06

"Não é o contracheque que salva a vidas; mas a letargia intelectual mata". Sobre o fragmento é incorreto afirmar:

- A) que o vocábulo contracheque está sendo empregado como metonímia.
- B) que o "que" é pronome relativo.
- C) que existe uma antítese nas frases.
- D) que o conectivo "mas" tem idéia de adversidade.
- E) que o emprego do ponto e vírgula está inadequado.

Questão 07

Assinale a alternativa em que, nos parênteses, não há relação semântica entre o termo destacado e o sinônimo.

- A) "(...) pois minha curiosidade sobrevive, onivara." (onivara - que se alimenta de animais e vegetais).
- B) "Na minha incauta opinião (...)" (incauta - ingênua, sem malícia).
- C) "(...) e evapora com a inação." (inação - inércia).
- D) "Sinto engulho só de vislumbrar (...)" (engulho - enjôo).
- E) "(...) e gabando-se de suas proezas, em todos os azimutes." (azimutes - idiomas).

Questão 08

"Mantêm serelepes muitos velhos que, faz poucas décadas estariam derrubados." Em relação à concordância, é correto afirmar:

- A) que o adjunto adverbial "muitos" concorda com velhos.
- B) que "a poucas décadas" substituiria, corretamente, a oração "(...) faz poucas décadas (...)"
- C) que o emprego do acento circunflexo indica a pluralização do sujeito.
- D) que "muitos velhos" é sujeito agente do processo verbal.
- E) que fazer deveria estar no plural.

Questão 09

O acréscimo do adjunto adverbial provocou uma falha de regência na alternativa:

- A) "(...) o tema reaparece (muito) nas pesquisas (...)"
- B) "Ou acumulamos (muitos) azedumes e rabugices?"
- C) "Prefiram (mais) os velhos."
- D) "Exploremos (mais) alguns temas em que o terreno (...)"
- E) "(...) já trabalhei (bastante) no governo (...)"

Questão 10

Marque a alternativa em que o verbo está no singular por apresentar, como núcleo do sujeito, uma expressão coletiva:

- A) "Obviamente isso dá trabalho (...)"
- B) "Gente nas mesmas idades está hoje malhando nas academias (...)"
- C) "Se ele tem razão (...)"
- D) "Degrada-se a memória (...)"
- E) "Aliás, a solidão é fatal!"



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 11

As versões Ultimate e Enterprise do Windows 7 trazem um novo recurso de segurança chamado de sistema de arquivos com Criptografia (EFS – *Encrypting File System*) e a Criptografia de Unidade de Disco BitLocker. Considerando a utilização desses recursos, assinale a afirmativa incorreta.

- A) O *Bitlocker* criptografa todos os arquivos contidos em uma unidade de disco interna ou externa.
- B) O EFS criptografa apenas arquivos ou pastas designados individualmente pelo usuário.
- C) Os arquivos permanecem criptografados durante todo o seu ciclo de vida, isto é, mesmo quando o usuário move ou copia um arquivo criptografado pelo Bitlocker para outra unidade de disco que não contém o recurso, o mesmo permanece inacessível sem a senha devida.
- D) Diferentemente do Windows Vista, o Windows 7 pode executar o bitlocker sem instalar um chip especial, denominado de TPM (*Trusted Platform Module*).
- E) A criptografia *Bitlocker* aplicada no nível do sistema de arquivos protege os dados ao impedir que usuários não autorizados acessem arquivos de usuário ou de sistema em computadores que foram perdidos ou roubados.

Questão 12

Considerando o uso do Windows Vista / 7, no que consiste o aplicativo "Gerenciador de Tarefas" e qual combinação de teclas é usada para ativá-lo?

- A) O "Gerenciador de Tarefas" é um aplicativo que oferece um meio eficiente de um usuário gerenciar sua agenda de tarefas, dispondo de funções como agendamento e alerta de tarefas, sincronização com o Outlook para disparar alertas por meio de e-mail e integração com o calendário do smartphone. Pode ser chamado rapidamente por meio da combinação de teclas "Windows" + "T".
- B) O "Gerenciador de Tarefas" é um aplicativo que oferece um meio eficiente de um usuário gerenciar sua agenda de tarefas, dispondo de funções como agendamento e alerta de tarefas, sincronização com o Outlook para disparar alertas por meio de e-mail e integração com o calendário do smartphone. Pode ser chamado rapidamente por meio da combinação de teclas "Windows" + "SHIFT" + "T".
- C) O "Gerenciador de Tarefas" é o aplicativo que permite que um usuário possa listar os programas sendo executados em um dado momento, acessando detalhes como memória alocada, utilização de CPU e memória, o usuário também pode fechar programas que estão travados a partir deste aplicativo. Pode ser chamado pela combinação de teclas "Windows" + "Shift" + "ESC".

D) O "Gerenciador de Tarefas" é o aplicativo que permite que um usuário possa listar os programas sendo executados em um dado momento, acessando detalhes como memória alocada, utilização de CPU e memória, o usuário também pode fechar programas que estão travados a partir deste aplicativo. Pode ser chamado pela combinação de teclas "Ctrl"+"Shift"+"ESC".

E) O "Gerenciador de Tarefas" é um serviço de internet (nuvem) disponibilizado pela Microsoft para os sistemas operacionais Windows que fornece uma agenda de trabalho capaz de criar tarefas, eventos, alertas e calendários totalmente adaptados às necessidades do usuário, sendo que sua maior vantagem é a integração com tablets e smartphones e a capacidade de poder ser acessado de qualquer computador Windows com acesso à Internet. Pode ser chamado rapidamente por meio da combinação de teclas "Windows" + "T".

Questão 13

Considerando a utilização do Windows Explorer no sistema operacional Windows 7, julgue as seguintes afirmações:

I- Quando se arrasta um arquivo para uma partição diferente, o arquivo original é apagado e apenas uma instância é preservada na nova partição.

II- A combinação de teclas CTRL+X é utilizada para mover arquivos de uma pasta para outra, sem deixar cópias.

III- É possível mover um arquivo de uma pasta a outra, enquanto este está sendo editado.

IV- É possível criar arquivos compactados sem a necessidade de instalação de programas de terceiros.

Assinale a alternativa correta

- A) As afirmações I e II estão corretas.
- B) As afirmações I e III estão corretas.
- C) As afirmações II e IV estão corretas.
- D) As afirmações I, II e III estão corretas.
- E) Apenas a afirmação I está correta.

Questão 14

Considerando a figura hipotética a seguir, marque a assertiva correta em relação à planilha eletrônica Microsoft Excel:

	A	B	C	D	E
1	Data Início	Data Fim	Prefeitura	Modalidade de Convênio	Valor
2	2/1/15	1/1/18	Salinópolis	Cooperação	R\$100,000.00
3	15/03/2015	14/03/2016	Soure	Parceria	R\$150,000.00
4	1/4/14	31/03/2015	Meigaço	Repasse	R\$120,000.00
5	1/11/11	31/10/2016	Maju	Repasse	R\$110,000.00
6	1/12/12	30/11/2014	Belém	Parceria	R\$350,000.00
7	30/07/2010	29/07/2015	Soure	Cooperação	R\$50,000.00

O Excel possui uma funcionalidade que habilita o agrupamento dos valores de uma tabela de acordo com um certo critério, uma funcionalidade muito útil para analisar grandes massas de dados. Pode-se fazer simples contagens, além de calcular somas, médias, valores máximos e mínimos, entre outras opções.

Supondo que o excerto apresentado seja oriundo de uma planilha com 700 linhas, assinale qual é a funcionalidade do Excel utilizada para alterar o agrupamento desses dados e como os dados deveriam estar dispostos de modo a agrupá-los por modalidade de convênio, classificando-os pela Prefeitura?

A) Solver → "Valor", no campo de valores; "Modalidade de Convênio", como primeiro elemento no rótulo de Linhas; "Prefeitura", como segundo elemento no rótulo de Linhas.

B) Tabela de Dados → "Valor", no campo de valores; "Modalidade de Convênio", como primeiro elemento no rótulo de Colunas; "Prefeitura", como segundo elemento no rótulo de Linhas.

C) Tabela de Macros → "Valor", no campo de valores; "Modalidade de Convênio", como primeiro elemento no rótulo de Colunas; "Prefeitura", como segundo elemento no rótulo de Colunas.

D) Tabela Dinâmica → "Valor", no campo de valores; "Modalidade de Convênio", como primeiro elemento no rótulo de Colunas; "Prefeitura", como segundo elemento no rótulo de Colunas.

E) Tabela Dinâmica → "Valor", no campo de valores; "Modalidade de Convênio", como primeiro elemento no rótulo de Linhas; "Prefeitura", como segundo elemento no rótulo de Linhas.

Questão 15

Qual tipo de vírus (ou praga eletrônica) pode contaminar os arquivos criados por processadores de texto e planilhas eletrônicas?

- A) De arquivos executáveis.
- B) De macro.
- C) Vermes.
- D) Keyloggers.
- E) Mutante.



LEGISLAÇÃO

Questão 16

Em relação à Lei n.º 086/2013 - Lei Orgânica do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, analise os itens seguintes e marque a alternativa correta:

I- Ao membro do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará poderão ser concedidas diárias para viagem e passagem ou indenização de transporte, para participar de congresso, seminário ou evento similar de caráter estadual, nacional ou internacional, no interesse da instituição.

II- Somente por imperiosa necessidade do serviço, assim reconhecido em ato motivado do Procurador-Geral, poderá ser suspenso o gozo autorizado de férias individuais dos membros do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

III- Os membros do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará sujeitam-se a regime jurídico especial, gozam de independência no exercício de suas funções e têm as seguintes garantias, como a vitaliciedade, após o tempo de exercício fixado na Constituição Federal, não podendo perder o cargo senão por decisão judicial transitada em julgado.

IV- São deveres do membro do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, dentre outros previstos em lei ou em ato normativo da instituição, a aplicação correta dos recursos financeiros do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará que lhe forem repassados para despesas ou serviços dos órgãos de Administração ou de execução pelos quais responder, e efetuar a respectiva prestação de contas, nos prazos e forma fixados em lei ou em ato normativo.

- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- C) Os itens II e IV estão corretos.
- D) Apenas os itens III e IV estão errados.
- E) Os itens II e III estão errados.

Questão 17

Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma do art. 1º da Lei Complementar n.º 084/2012, exceto:

- A) Expedir medidas cautelares necessárias ao resguardo do patrimônio público, do ordenamento jurídico e ao efetivo exercício do controle externo, objetivando a efetividade das decisões do Tribunal.
- B) Apreciar as contas de governo anualmente prestadas pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio, no prazo de duzentos dias, contados do seu recebimento.
- C) Apreciar os balancetes e documentos dos órgãos sujeitos a sua jurisdição, na periodicidade estabelecida no Regimento Interno.
- D) Fiscalizar a aplicação de recursos repassados pelo Município a pessoas jurídicas de direito público ou privado, a qualquer título.
- E) Julgar as contas da Mesa Diretora das Câmaras Municipais.

Questão 18

O art. 188 do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará determina que é obrigatória a audiência do Ministério Público de Contas, entre outros indicados no Regimento ou por deliberação do Plenário, nos processos de:

- I- inspeção ordinária e extraordinária.
 - II- denúncias.
 - III- admissão de pessoal, concessão de aposentadoria e pensões.
 - IV- recursos e pedidos de revisão.
 - V- Termo de Ajustamento de Gestão.
- Após a análise dos itens anteriores, marque a única alternativa correta:
- A) Todos os itens estão corretos.
 - B) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.
 - C) Apenas os itens II, III e V estão corretos.
 - D) Apenas os itens I e V estão errados.
 - E) Apenas o item IV está errado.

Questão 19

Em atenção à Lei n.º 5.810/94 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, apenas não se pode afirmar:

- A) Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.
- B) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
- C) O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

- D) O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.
- E) O processo disciplinar poderá ser revisto, dentro, no máximo, de 24 (vinte e quatro) meses, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

Questão 20

Na Constituição do Estado do Pará, apenas não se refere à regra atinente ao "Controle dos atos da Administração Pública":

- A) A incorporação, a subdivisão ou o desmembramento do Estado, para anexação a outros, ou formação de novos Estados ou Territórios Federais, só poderá ocorrer mediante aprovação da população, a ser definida em lei, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- B) A administração pública deve realizar o controle interno, finalístico e hierárquico de seus atos, visando a mantê-los dentro dos princípios fundamentais previstos nesta Constituição, adequando-os às necessidades do serviço e às exigências técnicas, econômicas e sociais.
- C) A administração pública tornará nulos seus atos, quando evitados de vícios que os tornem ilegais, bem como deverá revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, observado, em qualquer caso, o devido procedimento legal.
- D) Os atos de improbidade administrativa importarão na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- E) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo e culpa.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

Em relação aos Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa, é correto afirmar segundo o entendimento majoritário do Supremo Tribunal Federal:

- A) Nos processos perante todos os Tribunais de Contas asseguram-se o contraditório e a ampla defesa, abrindo-se a possibilidade de manejo de recurso contra toda e qualquer decisão.
- B) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e ampla defesa contra as decisões de apreciação de legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- C) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- D) Nos processos perante os Tribunais de Contas, o contraditório e a ampla defesa se sobrepujarão ao preceitos dos Regimentos Internos e Leis Orgânicas.
- E) O Ministério Público de Contas, na condição de fiscal da Lei, não pode interpor recurso das decisões das Cortes de Contas.

Questão 22

Nos termos da Súmula n.º 347 do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar sobre Controle de Constitucionalidade das Leis:

- A) A apreciação de matéria de constitucionalidade de leis e atos do poder público é exclusiva do Poder Judiciário, mediante controle de constitucionalidade difuso e concentrado.
 B) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
 C) O Princípio Constitucional do Livre Acesso ao Poder Judiciário impede os Tribunais de Contas de apreciarem constitucionalidade de leis e atos do poder público.
 D) O Princípio da Universalidade da Jurisdição garante exclusividade ao Poder Judiciário para apreciar constitucionalidade de leis e atos do poder público.
 E) A apreciação de constitucionalidade de leis e atos do poder público pelos Tribunais de Contas fere o Princípio Constitucional da independência dos Poderes.

Questão 23

Sobre a possibilidade do Poder Judiciário, em sede de Ação Civil Pública, determinar a realização de políticas públicas, de acordo com o mais recente entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- A) Os Ministérios Públicos têm legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública pleiteando ao Poder Judiciário que, em situações excepcionais, determine à Administração Pública que adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure contrariedade ao Princípio da Separação dos Poderes.
 B) Os Ministérios Públicos não têm legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública pleiteando ao Poder Judiciário que, em situações excepcionais, determine à Administração Pública que adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, pois isso configura contrariedade ao Princípio da Separação dos Poderes.
 C) Apenas os cidadãos têm legitimidade para propor ações individuais visando determinar à Administração Pública que adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais.
 D) Nem os Ministérios Públicos têm legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública, nem os cidadãos podem ajuizar ações individuais pleiteando ao Poder Judiciário que, em situações excepcionais, determine à Administração Pública que adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, pois isso configura contrariedade ao Princípio da Separação dos Poderes.
 E) Como os Ministérios Públicos não têm legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública que busque determinação judicial à Administração Pública para adotar medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidas como essenciais, cabe à ele propor o Termo de Ajuste de Conduta ao Ente Público.

Questão 24

A respeito da possibilidade do Poder Judiciário julgar causas envolvendo aumento de remuneração de servidores, a Súmula Vinculante n.º 37 assevera:

- A) Cabe ao Poder Judiciário aumentar os vencimentos de servidores públicos, sob o fundamento do Princípio da Universalidade da Jurisdição.
 B) Cabe ao Poder Judiciário aumentar os vencimentos de servidores públicos, sob o fundamento de isonomia.

C) A isonomia constitucional é o principal fundamento para o Poder Judiciário poder aumentar os vencimentos de servidores públicos.

D) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

E) A independência dos poderes e a universalidade da jurisdição dão autonomia ao Poder Judiciário para aumentar vencimentos de servidores públicos, revendo atos da administração.

Questão 25

Em atenção aos Tribunais de Contas e o Federalismo no Brasil é correto afirmar:

A) A Constituição Federal de 1988 em seu art. 31 estabelece que a fiscalização municipal será exercida pela Câmara Municipal com o auxílio exclusivo dos Tribunais de Contas dos Municípios.

B) A Constituição Federal de 1988 em seu art. 31 estabelece que a fiscalização municipal será exercida pela Câmara Municipal com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou dos Municípios, onde houver.

C) A Constituição Federal de 1988 em seu art. 31 estabelece que a fiscalização municipal será exercida pela Câmara Municipal com o auxílio exclusivo dos Tribunais de Contas dos Estados.

D) A Constituição Federal de 1988 em seu art. 31 autoriza a criação de novos Tribunais de Contas Municipais para auxiliar a fiscalização municipal exercida pela Câmara Municipal.

E) A Constituição Federal de 1988 em seu art. 31 estabelece que a fiscalização municipal será exercida pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas dos Estados, devendo ser extintos os Tribunais de Contas Municipais, onde houver.

Questão 26

Marque a alternativa correta sobre o previsto na Constituição Federal a respeito do Ministério Público Comum e o de Contas:

A) Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas não se aplicam os mesmos direitos, vedações e forma de investidura dos membros do Ministério Público Comum, daí ser chamado de Ministério Público Especial.

B) Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se somente os mesmos direitos e vedações dos membros do Ministério Público Comum.

C) Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se somente os mesmos direitos e forma de investidura dos membros do Ministério Público Comum.

D) Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplica-se a mesma forma de investidura dos membros do Ministério Público Comum, e direitos e vedações diversos por se tratar de Ministério Público Especial.

E) Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se os mesmos direitos, vedações e forma de investidura dos membros do Ministério Público Comum.

Questão 27

Dentro do Título da Constituição Federal que trata da Ordem Econômica e Financeira, existe a previsão de garantia da função social da propriedade, especificada mais adiante no art. 182 que regula a política urbana.

Esse dispositivo constitucional prevê no §4º ser "(...) facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado

aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: parcelamento ou edificação compulsórios; impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.”

Da exegese dessas previsões em consonância com o Princípio Federativo e a Repartição de Poderes é correto afirmar:
A) A expressão “mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal” está de acordo com o Princípio Federativo porque a Lei Federal (Estatuto da Cidade) regula o dispositivo constitucional, mas reitera a necessidade do Município em editar sua lei própria sobre o plano diretor.

B) A expressão “mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal” fere o Princípio Federativo em razão de obrigar o Município a criar sua política urbana com base em lei federal (Estatuto da Cidade).

C) A expressão “mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal”, garante o Princípio Federativo, dando autonomia para o Município poder aplicar as penalidades descritas, independentemente da edição de lei municipal.

D) A expressão “mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal”, fere o Princípio Federativo porque transfere à Lei Federal a criação do plano diretor municipal.

E) A expressão “mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal” fere a Repartição de Poderes porque retira a autonomia municipal de tratamento do plano diretor, concentrando esse tratamento em nível federal.

Questão 28

A respeito dos agentes públicos, é correto afirmar:

A) O Presidente da República, os Governadores, os Prefeitos, Ministros e Secretários, na condição de agentes políticos, são considerados agentes públicos.

B) Apenas os servidores públicos estatutários são considerados agentes públicos.

C) Os servidores públicos estatutários são considerados agentes públicos, mas os empregados públicos não.

D) Os militares, sujeitos a regime jurídico próprio, não são considerados agentes públicos.

E) Os prestadores de serviços notariais e de registro, particulares em colaboração com o Poder Público, por delegação, não são considerados agentes públicos.

Questão 29

Em 2003, com o advento da Emenda Constitucional n.º 41, várias regras de aposentadoria foram reformadas, e, com a introdução do §19 no art. 40 da Constituição Federal, foi criado o abono de permanência que consiste em uma:

A) Garantia que o servidor ao se aposentar terá paridade salarial em relação a todas as verbas que percebia quando estava na ativa.

B) Garantia ao servidor de contabilizar para o tempo que precisa para se aposentar todos os períodos de férias e licenças-prêmio não gozadas.

C) Garantia ao servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, e que opte por permanecer em atividade de que, ao se aposentar compulsoriamente, receberá todos os valores pagos à título de contribuição previdenciária até sua efetiva aposentação.

D) Garantia ao servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, e que opte por permanecer em atividade de que, ao se aposentar compulsoriamente ficará isento do pagamento a contribuição previdenciária.

E) Garantia ao servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, e que opte por permanecer em atividade, o direito a receber um valor equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para a aposentadoria compulsória.

Questão 30

Sobre a estabilidade no serviço público é correto afirmar que com a Emenda Constitucional n.º 19/98:

A) É adquirida pelo servidor que, aprovado em concurso público, cumpre o período denominado estágio probatório de 2 (dois) anos, e após aprovação em avaliação de desempenho, só poderá perder seus cargos ou funções por sentença transitada em julgado ou processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

B) Os servidores públicos civis da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, da Administração Direta, autarquias e fundações públicas que não foram nomeados por concurso, mas estavam em exercício na data da promulgação da Constituição há pelo menos cinco anos, passaram a ter direito à estabilidade.

C) Os professores universitários, os ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão que não foram nomeados por concurso, mas estavam em exercício na data da promulgação da Constituição há pelo menos cinco anos, passaram a ter direito à estabilidade.

D) É adquirida pelo servidor que, aprovado em concurso público, após 3 (três) anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação de desempenho, só poderá perder seus cargos ou funções por sentença transitada em julgado ou processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

E) Permanece sem qualquer interpretação divergente do Supremo Tribunal Federal, a Súmula 390 do TST que estabelece: “o servidor celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988”.

Questão 31

Considerando a Lei n.º 5.810/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará) relativamente aos direitos do servidor no que concerne a problemas de saúde, é correto afirmar:

A) A licença para tratamento de saúde prevista nos artigos 81 a 84 não pode ser cumulada com o recebimento do auxílio-doença, previsto no art. 160, I, “d”.

B) O servidor terá direito ao auxílio-doença do art. 160, I “d”, correspondente a um mês de remuneração, uma única vez, após 6 (seis) meses da última licença saúde.

C) A licença para tratamento de saúde será concedida de ofício ou a pedido do servidor, com base em inspeção médica, realizada por órgão competente, sem prejuízo da remuneração e pode, após 6 (seis) meses consecutivos de afastamento, dar ensejo ao recebimento do auxílio-doença.

D) O custeio do tratamento de saúde do art. 160, I “e” do servidor será concedido independentemente do laudo atestar que a lesão foi produzida por acidente em serviço ou doença profissional.

E) O período em que o servidor ficar afastado em razão de licença para tratamento de saúde não é considerado como efetivo exercício, conforme art. 72, XIV.

Questão 32

No que diz respeito à Lei Orgânica do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, LC 86/2013, é correto afirmar:

- A) Dentre os órgãos auxiliares do Ministério Público de Contas inclui-se o Conselho Superior do Ministério Público de Contas dos Municípios.
- B) Dentre os órgãos da Administração Superior do Ministério Público de Contas dos Municípios incluem-se os Subprocuradores de Contas dos Municípios.
- C) Aos servidores do quadro do Ministério Públicos de Contas dos Municípios do Estado do Pará não se aplica a Lei 5.810/1994, e sim as regras do seu Regimento Interno.
- D) O Secretário, os Diretores e os demais servidores que compõe o Anexo I da LC 86/2013 receberão salários dissociados daqueles do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.
- E) A estrutura administrativa do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará é composta de Secretaria, Departamento Administrativo e Financeiro e Departamento de Gestão Operacional.

Questão 33

Pode-se afirmar sobre a LC 84/2012 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará:

- A) Das decisões proferidas pelo Tribunal podem ser interpostos apenas Recurso de Revisão e Embargos de Declaração.
- B) Dos despachos de mero expediente cabe Agravo.
- C) O Ministério Público de Contas não pode interpor recurso.
- D) Os recursos previstos são Recurso Ordinário, Embargos de Declaração e Agravo, cabendo ainda, contra decisão definitiva do Tribunal o pedido de revisão.
- E) Não é possível o Tribunal determinar medida cautelar no início de apuração, e sim no curso dela.

Questão 34

Marque a alternativa correta sobre Licitações:

- A) Dentre as modalidades de licitações mais comumente eleitas pela administração, está o RDC - Regime Diferenciado de Contratações.
- B) A modalidade de licitação "pregão" foi criada pela Lei n.º 10.520/2002 e é orientada essencialmente a contratações de objetos destituídos de peculiaridades, cuja seleção da proposta mais vantajosa observa o critério do menor preço.
- C) Na Lei 8.666/1993, são as seguintes as modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão.
- D) A adesão à Ata de Registro de Preços é uma modalidade de licitação prevista em Regulamento.
- E) A adesão à Ata de Registro de Preços por órgão ou entidade que dela não participou, comumente chamada de "carona" é regulada na Lei 8.666/1993.

Questão 35

Em relação às despesas com saúde previstas na Constituição Federal, pode-se afirmar:

- A) Os recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais sobre a arrecadação de tributos estaduais e municipais, previstos no §3º do art. 198 da CF/88 foram regulamentados pela LC 141/2012, mantendo os mesmos percentuais do art. 77, II e III

do ADCT, ou seja, 15% da arrecadação própria dos Estados e DF, deduzidas as transferências constitucionais, e 12% da arrecadação própria dos Municípios.

- B) Não houve alteração desde o ano 2000 relativamente ao que a União obrigatoriamente deve gastar com saúde, pois a LC 141/2012 ao obrigá-la dispender o valor empenhado para área no exercício anterior acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do PIB, manteve a regra do art. 77, I, "a".
- C) Os recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais sobre a arrecadação de tributos estaduais e municipais, previstos no §3º do art. 198 da CF/88 foram regulamentados pela LC 141/2012, mantendo os mesmos percentuais do art. 77, II e III do ADCT, ou seja, 12% da arrecadação própria dos Estados e DF, deduzidas as transferências constitucionais, e 15% da arrecadação própria dos Municípios.
- D) A LC 141/2012, ao regulamentar o art. 198, §3º da CF/88, inovou ao obrigar a União a dispender o valor empenhado para área no exercício anterior acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do PIB.
- E) A LC 141/2012, ao regulamentar o art. 198, §3º da CF/88, alterou os percentuais de gastos com saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, mantendo o critério do art. 77 do ADCT com relação à União Federal.

Questão 36

Sobre os percentuais de gastos com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

- A) Nos Estados onde houver Tribunal de Contas dos Municípios o percentual de 49% designado ao Poder Executivo para gasto com pessoal passará para 48,6% porque o Poder Legislativo, passará a poder gastar 3,4% de suas receitas correntes líquidas.
- B) A União Federal não poderá exceder, com despesas total com pessoal, mais de 60% da sua receita corrente líquida.
- C) Os Estados não poderão exceder, com despesas total com pessoal, mais de 50% das suas receitas correntes líquidas.
- D) Os Municípios não poderão exceder, com despesas total com pessoal, mais de 50% das suas receitas correntes líquidas.
- E) Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios o percentual de 49% designado ao Poder Executivo para gastos com pessoal passará para 48% porque o Poder Legislativo passará a poder gastar 4%.

Questão 37

É correto afirmar em relação aos créditos adicionais previstos na Lei n.º 4.320/1964:

- A) Os créditos adicionais classificam-se em suplementares – que são os destinados a reforço de dotação orçamentária; e especiais – aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- B) Os créditos suplementares e especiais serão custeados por valores advindos de *superávit financeiro*, excesso de arrecadação, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei, e do produto de operações de crédito autorizadas.
- C) Os créditos adicionais classificam-se em suplementares – que são os destinados a reforço de dotação orçamentária; e especiais – os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, daí excluídos os extraordinários.

D) Os créditos adicionais classificam-se em suplementares – que são os destinados a reforço de dotação orçamentária; e extraordinários – aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, daí excluídos os especiais.

E) Os créditos adicionais classificam-se em especiais - os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e suplementares – que são os destinados a reforço de dotação orçamentária, daí excluídos os extraordinários.

Questão 38

Sobre a despesa obrigatória de caráter continuado prevista no art. 17 e parágrafos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

A) Consideram-se despesas obrigatórias de caráter continuado as despesas correntes e de capital derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

B) Os atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado deverão ser instruídos com o demonstrativo da origem dos recursos, sendo irrelevante a estimativa do impacto-orçamentário financeiro.

C) Os atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado serão acompanhados de comprovação de que a despesa não afetará as metas de resultados fiscais, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

D) Não se considera aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

E) Incluem-se na obrigatoriedade da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da demonstração da origem dos recursos de custeio as despesas destinadas ao serviço da dívida e o reajuste de remuneração de pessoal.

Questão 39

Sobre os Princípios Constitucionais da Anualidade e Anterioridade Financeira e Tributária é correto afirmar:

A) Com o advento do Princípio da Anterioridade (art. 150, III, "b" da CF/88) que passou a regular a matéria tributária na CF/88, o Princípio da Anualidade (art. 165, III da CF/88 c/c art. 34 da Lei 4.320/1964) passou a ser adstrito à matéria orçamentária.

B) O Princípio da Anterioridade (art. 150, III, "b" da CF/88) define que as Leis Orçamentárias serão aprovadas em um exercício para serem aplicadas no exercício seguinte.

C) O Princípio da Anterioridade (art. 150, III, "b") estabelece que para haver qualquer tipo de criação, redução ou majoração de tributo ela precisa constar da Lei Orçamentária que é anual.

D) O Princípio da Anualidade (art. 165, III da CF/88 c/c art. 34 da Lei 4.320/1964) prevê que qualquer tipo de criação, redução ou majoração de tributo precisa constar da Lei Orçamentária que é anual.

E) O Princípio da Anterioridade Tributária (art. 150, III, "b" da CF/88) se aplica a todos os tributos e inviabiliza a criação, redução ou majoração tributária de ser cobrada no mesmo exercício em que foi criada.

Questão 40

Em relação às Súmulas Vinculantes em matéria tributária é correto afirmar:

A) Segundo a Súmula Vinculante n° 8, os prazos prescricionais e decadenciais das contribuições sociais são previstos na Lei 8.212/1991.

B) Segundo a Súmula Vinculante n° 21, é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

C) Segundo a Súmula Vinculante n°24, não se tipifica crime contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV da Lei 8.137/1990, antes da propositura da ação de execução fiscal.

D) Segundo a Súmula Vinculante n° 29, é inconstitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto.

E) Segundo a Súmula Vinculante n° 31, é constitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

Questão 41

Quanto à progressividade do IPTU, pode-se afirmar:

A) A Constituição Federal de 1988 ao ser promulgada não previa a progressividade do IPTU.

B) A Constituição Federal de 1988 ao ser promulgada previa exclusivamente a progressividade do IPTU em razão do valor do imóvel, conforme previsão do art. 156, §1º, I.

C) A Constituição Federal de 1988 ao ser promulgada previa exclusivamente a progressividade do IPTU no tempo, conforme previsão do art. 182, §4º, II.

D) A Constituição Federal de 1988 ao ser promulgada previa a progressividade do IPTU no tempo, conforme previsão do art. 182, §4º, II e a relativa ao valor do imóvel, conforme previsão do art. 156, §1º, I.

E) A Constituição Federal de 1988 ao ser emendada para inclusão da progressividade do IPTU em razão do valor do imóvel, extinguiu a progressividade do IPTU no tempo.

Questão 42

Um navio da empresa X deixou vaziar substância química em águas onde a pesca era regularmente autorizada. Em decorrência da poluição das águas provocadas pelo vazamento, a pesca na região foi proibida pelos órgãos municipais e ambientais por um mês. Por conta disso, João, pescador profissional, ficou privado de exercer suas atividades nesse período.

Neste caso, de acordo com a jurisprudência consolidada do STJ, João tem direito a ser indenizado pela empresa X:

A) apenas pelos danos emergentes. O termo inicial dos juros moratórios é a data da citação da empresa.

B) apenas pelos danos emergentes e lucros cessantes. O termo inicial dos juros moratórios é a data do evento danoso.

C) apenas pelos danos emergentes e lucros cessantes. O termo inicial dos juros moratórios é a data da citação da empresa.

D) pelos danos materiais e morais. O termo inicial dos juros moratórios é a data da citação da empresa.

E) pelos danos materiais e morais. O termo inicial dos juros moratórios é a data do evento danoso.

Questão 43

"Tradicionalmente, distinguem-se, no negócio jurídico, determinados elementos, que são classificados em três espécies: essenciais, naturais e acidentais. Usam-se mesmo as expressões latinas *essentialia negotii*, *naturalia negotii* e *accidentalium negotii*." (AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio jurídico**: existência, validade e eficácia. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 26).

Nesse contexto, marque a alternativa CORRETA:

- A) No contrato de compra e venda, a obrigação que o devedor tem de responder pelos vícios redibitórios é elemento acidental.
- B) Condição, termo e encargo são elementos naturais dos negócios jurídicos.
- C) Coisa, preço e consentimento são elementos naturais do contrato de compra e venda.
- D) Em um contrato bilateral, a cláusula resolutiva tácita é elemento essencial.
- E) Esse esquema tradicional de classificação gera muitas críticas por parte da doutrina moderna, eis que a categoria do negócio jurídico era estranha aos romanos, que apenas conheciam atos típicos, cada um com estrutura e regime jurídico próprios.

Questão 44

Sobre a desconsideração da personalidade jurídica, leia os itens abaixo:

I- De acordo com a jurisprudência majoritária do STJ, a mera demonstração de insolvência da pessoa jurídica ou de dissolução irregular da empresa sem a devida baixa na junta comercial, por si só, não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica.

II- Tratando-se de regra de exceção, de restrição ao princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, a interpretação que melhor se coaduna com o art. 50 do Código Civil é a que relega sua aplicação a casos extremos, em que a pessoa jurídica tenha sido instrumento para fins fraudulentos, configurado mediante o desvio da finalidade institucional ou a confusão patrimonial.

III- Em conformidade com a jurisprudência majoritária do STJ, a existência de indícios de encerramento irregular da sociedade aliada à ausência de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo constituem motivos suficientes para a desconsideração da personalidade jurídica.

Marque a alternativa correta:

- A) apenas o item I está correto.
- B) os itens II e III estão corretos.
- C) o item II está correto.
- D) apenas os itens I e III estão corretos.
- E) todos os itens estão corretos.

Questão 45

No final de 2014, a 3ª Turma do STJ, no julgamento do REsp 1472945/RJ, decidiu sobre a sucessão do cônjuge sobrevivente casado sob o regime de separação convencional de bens. Sobre o tema, é CORRETO afirmar que:

A) a jurisprudência do STJ é estável e sempre admitiu a possibilidade de sucessão do cônjuge sobrevivente em concorrência com os demais herdeiros necessários. O precedente mencionado no comando da questão apenas ratificou esse posicionamento.

B) a jurisprudência do STJ é estável e sempre admitiu a impossibilidade de sucessão do cônjuge sobrevivente em concorrência com os demais herdeiros necessários. O precedente mencionado no comando da questão apenas ratificou esse posicionamento.

C) o precedente mencionado no comando da questão vai de encontro com o entendimento firmado no REsp 992.749/MS, segundo o qual o cônjuge sobrevivente que era casado sob o regime de separação convencional de bens com o *de cuius* não é herdeiro necessário.

D) o precedente mencionado no comando da questão firmou o entendimento de que para fins sucessórios, não há diferença se o cônjuge sobrevivente foi casado com o *de cuius* sob o regime de separação legal ou convencional.

E) o precedente mencionado no comando da questão firmou o entendimento de que o cônjuge sobrevivente que era casado sob o regime de separação convencional de bens com o *de cuius* é herdeiro legítimo, embora não seja necessário.

Questão 46

Leia os itens abaixo acerca do direito das coisas e os classifique em Verdadeiro (V) e Falso (F):

I- Em matéria de usucapião, é pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que, havendo redução de prazo, o termo inicial da prescrição será fixado na data da entrada em vigor do Código Civil de 2002, conforme interpretação do art. 2.028 deste Diploma.

II- O penhor agrícola e o penhor pecuário somente podem ser convenionados, respectivamente, pelos prazos máximos de três e quatro anos, prorrogáveis, uma só vez, até o limite de igual tempo.

III- Podem ser objeto de penhor industrial e mercantil apenas: máquinas, aparelhos, materiais, instrumentos, instalados e em funcionamento, com os acessórios ou sem eles; animais, utilizados na indústria; sal e bens destinados à exploração das salinas; produtos de suinocultura, animais destinados à industrialização de carnes e derivados; produtos industrializados.

IV- O credor anticrético pode vindicar os seus direitos contra o adquirente dos bens, os credores quirografários e os hipotecários posteriores ao registro da anticrese.

Marque a sequência CORRETA:

- A) I-V; II-V; III-F; IV-F.
- B) I-F; II-V; III-V; IV-F.
- C) I-V; II-F; III-F; IV-V.
- D) I-F; II-F; III-V; IV-V.
- E) I-V; II; F; III-V; IV-F.

Questão 47

Sobre o direito de empresa e a interpretação do Código Civil conferida pela I Jornada de Direito Comercial, realizada em 2013 pelo Conselho da Justiça Federal, é CORRETO afirmar:

A) A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI é uma sociedade unipessoal, considerada um meio-termo entre a pessoa do empresário e a sociedade empresária.

B) Quanto às obrigações decorrentes de sua atividade, o empresário individual tipificado no art. 966 do Código Civil responderá solidariamente com os bens vinculados à exploração de sua atividade econômica, nos termos do art. 1.024 do Código Civil, e com os seus bens pessoais, não havendo preferência de ordem.

- C) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, salvo se tratar-se de empresário individual.
- D) A decisão que decretar a dissolução parcial da sociedade deverá indicar a data de desligamento do sócio e o critério de apuração de haveres.
- E) Na sociedade limitada com dois sócios, o sócio titular de mais da metade do capital social não pode excluir extrajudicialmente o sócio minoritário.

Questão 48

- Carlos, dono de uma empresa de materiais para escritório, amigo íntimo de Pedro, diretor de uma Fundação Estadual, agindo juntos, promovem o desvio de R\$150.000,00 destinados à compra de material de expediente a ser usado pela referida Fundação, tendo sido a verba usada para proveito dos dois amigos. De acordo com os estudos penais, quais crimes o empresário e o diretor autárquico deverão responder?
- A) Carlos responderá pelo crime de furto e Pedro por peculato desvio.
- B) Carlos responderá pelo crime de peculato-furto e Pedro por peculato desvio.
- C) Carlos e Pedro responderão por peculato desvio.
- D) Carlos responderá por furto e Pedro responderá por peculato apropriação.
- E) Carlos responderá por peculato apropriação e Pedro responderá por peculato desvio.

Questão 49

- No que concerne aos crimes contra a Administração Pública, analise as afirmativas seguintes e marque a alternativa CORRETA.
- I- Considera-se equiparado a funcionário público para os efeitos da lei penal quem trabalha para empresa que presta serviço e está contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública;
- II- Funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse econômico, comete o crime de corrupção passiva.
- III- Aquele que oferece ou promete, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público para que pratique, omita ou retarde ato de ofício comete o crime de corrupção ativa.
- IV- O funcionário público que, em razão da função exercida, exige vantagem indevida, mas não chega a recebê-la, pratica o crime de tentativa de concussão.
- A) As afirmativas II e III estão corretas.
- B) As afirmativas I e III estão corretas.
- C) As afirmativas I e IV estão corretas.
- D) As afirmativas II e IV estão corretas.
- E) As afirmativas I, III e IV estão corretas.

Questão 50

- Após análise das assertivas a seguir, marque a alternativa correta:
- I- O direito de queixa decai se não for exercido no prazo de seis meses, não havendo exceção para esse prazo. Tal prazo será conferido a partir do dia em que se sabe o autor do crime, ou conferido do dia que se esgota o prazo para oferecimento da

- denúncia se o Ministério Público não a oferece no prazo legal;
- II- A ação de iniciativa privada é promovida pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo e o titular da ação penal pública condicionada à representação é a vítima ou o seu representante legal;
- III- No que tange à ação penal pública condicionada, ao ser oferecida a representação, a titularidade da ação, que antes era do ofendido, passa a ser do Ministério Público;
- IV- Quanto à ação penal privada, poderá o Ministério Público aditar a queixa e intervir nos atos subsequentes do processo, no entanto, tal aditamento ocorrerá apenas se a queixa apresentar vícios formais;
- Com relação às assertivas, pode-se inferir:
- A) Todas estão corretas.
- B) Há somente uma assertiva errada.
- C) Há somente duas assertivas erradas.
- D) Há somente três assertivas erradas.
- E) Todas estão erradas.

PROVA DISCURSIVA

Instruções gerais

A prova discursiva consiste em duas questões dissertativas. As questões deverão ser desenvolvidas de acordo com o tema proposto, em, no mínimo, 10 e, no máximo, 20 linhas, com elaboração própria e correção ortográfica e normativa da Língua Portuguesa, de modo coeso e coerente. A delimitação a ser dada ao tema pode ser identificada nas informações presentes em cada questão. Não serão aceitas transcrições de trechos da questão ou qualquer parte da prova. Fuga ao tema ou letra ilegível zera a questão.

As respostas devem ser transcritas para a Folha de Respostas

Questão 01

Explicando o Princípio da Não-Afetação, esclareça em que consiste a Desvinculação de Receitas da União e como o Supremo Tribunal Federal trata da constitucionalidade deste instituto.

QUADRO DE RASCUNHO

01	_____
02	_____
03	_____
04	_____
05	_____
06	_____
07	_____
08	_____
09	_____
10	_____
11	_____
12	_____
13	_____
14	_____
15	_____
16	_____
17	_____
18	_____
19	_____
20	_____

PROVA DISCURSIVAQuestão **02**

Uma servidora efetiva do Estado do Pará, que, durante os anos de 2007 a 2010, ocupou cargos comissionados, recolheu a contribuição previdenciária tomando por base de cálculo os seus vencimentos e os do cargo comissionado ocupado. Agora, em 2015, ao perceber que ao se aposentar não levaria em consideração os valores relativos ao cargo comissionado, ingressou com pedido administrativo para receber a restituição retroativa a 2007 dos descontos previdenciários que entende indevidos. Diga de que forma você, como assessor jurídico do órgão, emitiria parecer sobre a questão.

QUADRO DE RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	